



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

SOLANGE DA COSTA FERREIRA

**ANÁLISE DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL NO
MUNICÍPIO DE CAVALCANTE-GO**

Cavalcante – GO

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

FERREIRA, Solange da Costa.

ANÁLISE DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL NO
MUNICÍPIO DE CAVALCANTE-GO / Solange da Costa Ferreira, Cavalcante:
Universidade de Brasília, Orientadora: Profa. Dra. Fátima de Souza Freire, 2019,
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão
Pública Municipal – Cavalcante-GO, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Programa Cerrado Sustentável.
2. Bioma Cerrado.
3. Sustentabilidade.
4. Cavalcante.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

SOLANGE DA COSTA FERREIRA

**ANÁLISE DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE
CAVALCANTE-GO**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: Dra. Fátima de
Souza Freire.

Cavalcante – GO

2019

SOLANGE DA COSTA FERREIRA

**ANÁLISE DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE
CAVALCANTE-GO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília da aluna:

Solange da Costa Ferreira

Dra. Fátima de Souza Freire
Professora-Orientadora

Danielle Montenegro Salamone Nunes
Professora-Examinadora

Josivânia Silva Farias
Professora-Examinadora

Cavalcante, 27 de abril de 2019.

Dedico este estudo ao meu pai (*in memoriam*)
Almiro da Costa Ferreira e minha mãe Maria
Antônia da Costa, a minha filha Victória
Magalhaes da Costa, aos familiares e todos
aqueles que contribuíram para realização deste
projeto.

Agradeço de forma especial a Deus por ter me dado condições de sequenciar esse curso até aqui. Aos meus familiares pela força concedida. Aos meus professores de cada disciplina dessa pós-graduação em Gestão Pública Municipal, entre esses trago um agradecimento especial à professora e orientadora, Fátima, que mostrou-se tão profissional e amiga. Agradeço à UnB e a todas as demais instituições que fizeram parte dessa conquista profissional. Agradeço imensamente ao setor de meio ambiente do município de Cavalcante, em especial aos seus representantes que se mostraram tão prontos para atender às demandas dessa pesquisa. Obrigada a todos!

*A maior necessidade de um Estado é a de
governantes corajosos.*
Johann Goethe

RESUMO

A pesquisa apresentada teve o Programa Cerrado Sustentável (PCS) como objeto de estudo, sendo este destacado no contexto do município de Cavalcante, o qual compreende a conhecida Microrregião da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás. Assim, objetivou-se especialmente, analisar, no período de janeiro a abril de 2019, o desenvolvimento e a importância do Programa no município de Cavalcante, que é notável em sua peculiaridade em torno do processo de defesa de políticas ambientais e do respeito às comunidades tradicionais nele presentes. Por meio da realização de uma entrevista semiestruturada com o gestor da pasta da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, compreendeu-se que na esfera local já é possível atuar com algumas ações que fazem parte das políticas do PCS. No entanto, pelo desconhecimento específico deste programa, não são reconhecidas atividades cujas finalidades estejam vinculadas diretamente ao mesmo, carecendo-se de maiores informações em torno do tema, bem como a adesão formal desta política, o que deve contar com a participação estatal e federal a fim de ampliar as possibilidades de intervenção na realidade de Cavalcante em favor da melhor conservação do Bioma Cerrado evidente na região.

Palavras-chave: Programa Cerrado Sustentável. Bioma Cerrado. Sustentabilidade. Cavalcante.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico das principais leis e eventos precedentes ao PCS – período de 1964 a 2005.....	14
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
BC – Bioma Cerrado
CA – Código das Águas
CF – Código Florestal
CM – Código de Mineração
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CP – Código de Pesca
DF – Distrito Federal
DM – Ditadura Militar
EC – Estações Ecológicas
GF – Governo Federal
GO – Goiás
GT – Grupo de Trabalho
GTBC – Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
LCA – Leis de Crimes Ambientais
MCV – Microrregião da Chapada dos Veadeiros
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
PAB – Política Ambiental Brasileira
PCS - Programa Cerrado Sustentável
PNCV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
RJ – Rio de Janeiro
STMA – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
SEMA – Secretaria Especializada do Meio Ambiente
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Contextualização	9
1.2	Formulação do problema	10
1.3	Objetivo Geral	10
1.4	Objetivos Específicos	10
1.5	Justificativa.....	11
2	PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL	12
2.1	Aspectos principais do PCS.....	12
2.2	O desenvolvimento do PCS no Brasil e em Goiás: progressos, limites e medidas possíveis	17
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	21
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	21
3.2	Caracterização da área <i>lócus</i> do estudo	21
3.3	Participantes da pesquisa	22
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	22
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1	A importância do programa quanto à preservação do Bioma	24
4.2	O desenvolvimento do PCS no município, limites e conquistas: análise das ações que existem no local e que estão relacionadas ao programa	26
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	29
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICES	34
	Apêndice A – Cronograma da pesquisa	34
	Apêndice B: Roteiro de Entrevista.....	35
	ANEXOS.....	36
	Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	36
	Anexo B – Carta ao órgão: Consentimento Institucional	37

1 INTRODUÇÃO

A presente introdução abordará os elementos que ajudam a nortear o estudo relacionado ao Programa Cerrado Sustentável, especialmente no que toca ao município goiano de Cavalcante. A princípio, será contextualizado o local, posteriormente serão apresentados: formulação do problema, objetivos e justificativa que envolve essa investigação.

1.1 Contextualização

O município de Cavalcante compreende uma realidade bastante peculiar quando o assunto é a preservação ambiental, principalmente por fazer parte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, um dos três mais importantes do Estado de Goiás. Vindo a preservação ambiental ser um elemento a agregar ideais no seio municipal, estadual e federal, é alvo de interesse por Organizações não governamentais (ONG), órgãos nacionais e internacionais.

É um lugar repleto de história e influência cultural africana, portuguesa e indígena, riquíssimo em belezas e diversidades naturais, sendo abrangido por várias quedas d'água. Enfim, por tantos outros elementos que tornam a região e localidade uma das prioridades nas políticas criadas no intuito de se preservar o Bioma Cerrado, como bem é o caso do Programa Cerrado Sustentável (PCS).

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), o qual faz parte dessa localidade enfrentou em 2017 uma queimada devastadora, destruindo a milhares de hectares do Cerrado, levando à destruição de espécies de animais e plantas em extinção (BRASIL, 2018). Nisso, tem-se, mais uma vez, a necessidade de se conhecer a aplicação do PCS no local.

1.2 Formulação do problema

O Programa Cerrado Sustentável nasceu de iniciativa do Governo Federal brasileiro (GF), e veio a trazer propostas para que os governos dos estados, que possuem o Bioma, realizem projetos dentro das diretrizes estabelecidas com o ideal de garantir a sustentabilidade do uso do mesmo e consequentemente a sua preservação (SAWER, 2010).

O Estado de Goiás, que possui o Bioma Cerrado (BC), também tem buscado aderir a este movimento, que propõe perceber essa vegetação dentro de sua singularidade e necessidade de valorização e permanência para garantir a sobrevivência de espécies nativas de plantas e animais (KLINK e MACHADO, 2005).

O município alvo da pesquisa compreende esse Estado, mas nota-se a necessidade de se perceber o seu processo de implementação na realidade desse local e como os gestores ambientais da localidade percebem a sua importância para a preservação da vegetação presente neste contexto.

Em suma, temos como pergunta da pesquisa a seguinte: como o Programa Cerrado Sustentável tem se desenvolvido no município de Cavalcante e qual tem sido a importância da gestão ambiental para a preservação ambiental do Bioma na localidade?

1.3 Objetivo Geral

Definiu-se como objetivo geral desta pesquisa o seguinte: analisar, no período de janeiro a abril de 2019, como se tem dado o desenvolvimento e a importância do Programa Cerrado Sustentável no município de Cavalcante-GO.

1.4 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, procura-se:

- i. Identificar as ações que existem no local relacionadas ao PCS;
- ii. Averiguar como a gestão ambiental do município percebe a importância do programa quanto à preservação do Bioma;

- iii. Descrever o desenvolvimento do PCS no município, limites e conquistas.

1.5 Justificativa

Como bem observou o Grupo de Trabalho (GT), constituído para tratar da criação de uma política de proteção ao Bioma Cerrado brasileiro, até o ano de 2003 as medidas e programas específicos visavam, especialmente, a proteção da caatinga, da floresta, do pantanal, dos campos, no entanto, quanto ao Bioma em estudo, nada ainda havia sido definido, o que em muito foi relevante para se considerar a criação do PCS (BRASIL, 2006).

O PCS é um programa recente, tendo em vista que a causa ambiental, na esfera brasileira, já se apresentava como problemática para a sociedade e sendo alvo da legislação nacional, ainda no século passado, em que identificava-se a necessidade de preservar os biomas para a continuação da vida na Terra (STIVAL, 2016).

Levando em conta que o município de Cavalcante é um local de extrema importância quanto aos objetivos de preservação do Bioma do Cerrado (BC), identifica-se, de certa maneira, a necessidade de se explorar a aplicação do PCS em seu contexto, até mesmo para se levantar as contribuições do mesmo para ações de fundamental impacto na sua preservação. Além disso, tem-se que, ao se elencar tal estudo, é possível que contribuições se erijam em favor de tal assunto nos interesses formativos presentes na área de conhecimento em gestão pública.

2 PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL

O presente capítulo discorre sobre os principais aspectos, e informações relacionadas ao Programa Cerrado Sustentável no contexto brasileiro e no Estado de Goiás.

2.1 Aspectos principais do PCS

A ideia de desenvolvimento sustentável ganha maior destaque e significância ao longo dos anos 80, tendo influência da Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, bem como posteriormente, nos anos 90, esse pensar foi ainda mais fortalecido pela chamada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Rio-92 (SAWER e LOBO, 2010).

Desse modo, o desenvolvimento sustentável passa a ser acolhido pela seguinte definição apontada pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988 *apud* SAWER, 2010, p. 280): “desenvolvimento que satisfaz as necessidades de gerações presentes sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.

Assim sendo, pode-se considerar que o PCS comporta-se como uma das estratégias fomentadas neste início de século XXI para se potencializar o desenvolvimento sustentável no contexto do BC no Brasil (MARQUELLI, 2003).

O Cerrado brasileiro, por sua vez, compreende aproximadamente 220 milhões de hectares, aproximadamente 22% do total de área territorial do País, e o Estado de Goiás é uma das maiores representações do BC (BRASIL, 2010; GOIÁS, 2013).

Tem-se, ainda, que o Cerrado é considerado o segundo maior bioma brasileiro, vindo a ocupar cerca de dois milhões de quilômetros quadrados (km²) de área no país, tendo uma diversidade faunística e florística considerável, com emergente necessidade de preservação para conter os potenciais de extinção que já são riscos que atingem algumas espécies (SOMENZARI e SILVA, 2018).

Vários são os incidentes que ocorrem neste Bioma e que no decorrer da formação histórica e econômica nacional passaram a ser observados como ameaças ao mesmo, entre esses problemas que acometeram e ainda continuam a afetar a conservação do Cerrado encontram-se: o desmatamento ilegal ou mesmo legais realizados com a finalidade de

explorar/cultivar o solo, as queimadas, a caça e pesca irregular, a degradação do solo por atividades minerais, o tráfico de animais silvestres, enfim, até mesmo a pouca atenção dos governantes pela relevância de se manter ações promotoras da preservação desse ambiente natural coloca-se como ponto ameaçador (RUFO, 2018; GANEM, 2011).

Só para se ter ideia da grandeza desse Bioma e de sua relevância no âmbito ambiental da biodiversidade brasileira, consta-se que há 837 espécies de aves já catalogadas, tendo 185 espécies de répteis, 194 espécies de animais mamíferos e 150 são espécies de anfíbios, sendo que, no geral, há pelo menos 117 espécies nesses grupos que são consideradas endêmicas, ou seja, que são restritos ao Bioma Cerrado, enfim, só existem nesse (KLINK e MACHADO, 2005).

Nas políticas em torno da preservação do Cerrado, tornou-se fundamental o entendimento de que, ao retirar-se determinadas espécies de animais ou mesmo de plantas, especialmente no caso das endêmicas, colabora-se para a destruturação do ecossistema e ao mesmo tempo para o desequilíbrio ambiental e enfraquecimento desse Bioma (LACERDA *et al*, 2018; SOMENZARI e SILVA, 2018).

Compreende-se que no Brasil, desde o início de sua descoberta pelos portugueses, tanto o Cerrado quanto outros biomas vieram a ser penalizados por processos desproporcionais de exploração de seus recursos naturais, considerando-se que não se tinha em mente a relevância de se preservar para se continuar a usufruir desses bens oferecidos pela natureza, especialmente por tratar-se de recursos finitos (RUFO, 2018).

Tem-se que, demorou muito para que governos e sociedade viessem a observar a finitude de tais recursos naturais, destacando-se que, no Brasil, no século XVIII, a primeira preocupação se deu em relação ao pau-brasil, o qual após séculos de ferrenha exploração e comercialização, através do governo de Portugal, esse entrou em extinção (UFSM, 2001).

Apesar do reconhecimento desde o período Colonial quanto à escassez dos recursos e da necessidade de contenção das práticas exploratórias, no Brasil, o descaso com a preservação do meio ambiente, de forma geral, permaneceu imbatível, não tendo iniciativas e nem políticas realmente capazes de combater os crimes ambientais, nem mesmo pensou-se no âmbito governamental na construção de medidas que pudessem garantir a sustentabilidade dentro dos processos econômicos (UFSM, 2001; FARIAS, 2017).

Notifica-se que até nos anos 30, as leis criadas vinculavam-se mais à proteção dos interesses individuais do que os ambientais, sendo considerável apontar que no final desse período o Brasil começa a ser comandado pelo autoritarismo político do presidente Getúlio

Vargas, nessa era que marca o fim da República Velha e início da República Nova, bem como o princípio do processo de industrialização brasileira (FERREIRA e SALLES, 2016).

Já no início da década de 60, existiam, nos diferentes códigos, menções em relação às questões ambientais, como bem é o caso do Código Florestal (CF), Código de Mineração (CM), Código de Pesca (CP) e o Código das Águas (CA), voltando-se, dessa maneira, para a preservação de alguns recursos essenciais para a população e economia. No entanto, os setores econômicos acabavam tendo os seus privilégios e proteção, garantidos nas próprias leis (UFMS, 2001; POTT e ESTRELA, 2017).

Na história nacional, observa-se que certa importância às causas ambientais, começou a emergir de forma pouco mais densa nas políticas nacionais após meados do século passado (século XX), quando já se houvera instalado no Brasil a industrialização e entre outros eventos, como é o caso da Revolução de 64, e a Ditadura Militar (DM), a qual perdurou até 1985 (FARIAS, 2017).

Dessa maneira, ao longo do período chamado Pós-Revolução de 64, várias foram as leis e acontecimentos que começaram a existir e que viriam a culminar em tantas medidas que, apesar de falhas na prática, são passíveis de execução até os dias atuais (UFMS, 2001).

No quadro 1, foi possível levantar informações quanto ao histórico das principais legislações ambientais e eventos ocorridos que precederam ao PCS e mesmo a outras iniciativas de preservação aos biomas brasileiros, isso especialmente entre os anos de 1964 e 2005.

Quadro 1 - Histórico das principais leis e eventos precedentes ao PCS – período de 1964 a 2005

Período	Acontecimento	Finalidade
1964	Lei nº 4.504/1964	-Cria o Estatuto da Terra - ET
1965	Lei nº 4.771/1965	-Cria Novo Código Florestal- CF
1967	Lei nº 5.197/1967	-Cria Lei de Proteção à Fauna- PF
1967	Decreto-lei nº 221/1967	- Cria o Código de Pesca – CP
1967	Decreto-lei nº 227/1967	-Cria o Código de Mineração – CM
1967	Decreto-lei nº 289/1967	-Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF
1970	Legislação estadual em: SP, RJ, MG e BA	-Criação de leis estaduais para o Desenvolvimento industrial e proteção dos recursos naturais
1972	Conferência de Estocolmo – 1972	- Trata de medidas ambientais, e tem importante contribuição na legislação ambiental do Brasil
1973	Decreto nº 73.030/1973	- Cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA
1981	Lei 6938 – 1981	- Cria a Política Ambiental Brasileira – PAB
1981	Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981	-Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas (EC), Áreas

Período	Acontecimento	Finalidade
		de Proteção Ambiental (APA)
1983	Decreto nº 88351/1983	-Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981
1988	Constituição Federal 1988	-Trata do Meio Ambiente e de sua preservação como ato obrigatório, Título VIII, Capítulo VI; art. 225
1989	Lei 7.735/89	-Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
1990	Decreto nº 99274/1990	-Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA
1992	Conferência Rio-92 (Eco-92)	-Conferência realizado no Rio de Janeiro (RJ) com vários chefes de Estados (países) para discutir medidas ambientais urgentes/emergentes.
1997	Resolução CONAMA 237/97	-Cria normas para o licenciamento ambiental e outros
1998	- Lei Federal Nº 9.605 - 1998	-Cria as Leis de Crimes Ambientais – LCA
2003	- Portaria do MMA nº 361/2003	-Cria Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado – GT
2004	- Decreto nº 5.092 de 21 de maio de 2004; e Portaria nº 126	-Definem o Cerrado como um dos Biomas prioritários nas políticas de preservação ambiental
2005	- Decreto nº 5.577/2005	-Cria o Programa Cerrado Sustentável – PCS

Fonte: elaboração da autora com base em UFSM (2001); Potti e Estrela (2017); Farias (2017).

O Programa Cerrado Sustentável foi instituído através do Decreto nº 5.577/2005 pelo então presidente no período, Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação e influência da ministra do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marina Silva, compreendendo-se que a partir de tal política seria possível conceder uma atenção específica à referida vegetação (BRASIL, 2006).

Nesse mesmo pensamento, foi criado anteriormente o Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado (GT Cerrado) a partir da Portaria do MMA nº 361/2003 que veio a elaborar uma proposta inicial com o intuito de intervir em relação à preservação deste Bioma, contando com a participação de diversos atores sociais, entre eles, empresas, ONG e sociedade civil nos aproximados 1500 municípios espalhados pelas diferentes regiões do Brasil (BRASIL, 2010; BRASIL, 2011).

Especialmente, destacam-se a Chapada dos Veadeiros, onde residem os povos quilombolas Kalunga, no Estado de Goiás, bem como as áreas do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, áreas do Norte de Minas Gerais, São Paulo, Sul do Maranhão, Tocantins, Oeste do Piauí, e partes do Oeste da Bahia (SAWER, 2010).

E ainda, através do Decreto nº 5.092 de 21 de maio de 2004, bem como pela Portaria nº 126 desse mesmo ano, evidenciou-se previamente que o Cerrado brasileiro, assim como o Pantanal, teria como áreas focos prioritárias para as políticas patrocinadas pelo governo federal: os territórios quilombolas, indígenas e entornos, áreas de nascentes, e áreas com a presença de fortes atividades agropecuárias (CARVALHO, STIVAL e SOUZA, 2016).

É importante a compreensão de que o Programa Cerrado Sustentável possui como objetivo geral:

[...] a promoção da conservação, a restauração, a recuperação, e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado (BRASIL, 2006, p. 15).

Como se vê, entre os objetivos definidos dentro do PCS está a valorização das comunidades tradicionais dentro do processo de sustentabilidade para o Bioma Cerrado. De acordo com Ganem (2011) o respeito à cultura local é fundamental para que os sujeitos possam envolverem-se da melhor maneira com a causa ambiental, ou seja, se os seus ideais são respeitados nas políticas sociais, esses também conseguem colaborar da melhor forma com os propósitos definidos pelo governo.

No que diz respeito aos objetivos específicos esses são: a conservação e a utilização sustentável do referido Bioma, recuperação das áreas degradadas, a promoção da adimplência de ordem ambiental, o fortalecimento da permanência das famílias nas regiões do Cerrado, o fortalecimento da participação social nas decisões ambientais, bem como a descentralização referente às políticas públicas direcionadas à preservação da vida humana e do Bioma (BRASIL, 2006; MARQUELLI, 2003).

Para atender aos objetivos e premissas estabelecidas nas legislações pertinentes ao PCS, elegeu-se a partir desse as chamadas diretrizes estratégicas, a saber: a valorização do cerrado por meio de ações educativas diversas; o empoderamento social, através da demonstração da importância de se utilizar, da melhor maneira, os recursos naturais do Bioma; a visão sistêmica dos problemas ambientais; a descentralização das políticas governamentais; ampliação de projetos e possibilidades erigidas por diferentes seguimentos

com a intenção de se esforçar para a preservação do Cerrado (KLINK e MACHADO, 2005; SAWER e LOBO, 2010).

De certa maneira, o PCS busca possibilitar políticas sociais e de ordem econômica com a finalidade de gerar, além da formação de um bioma mais preservado, o desenvolvimento econômico e social da parcela social que deste depende para viver e que pode apropriar-se de ideias transformadoras a fim de contribuir com a melhoria da vida em sociedade.

2.2 O desenvolvimento do PCS no Brasil e em Goiás: progressos, limites e medidas possíveis

As políticas do PCS em todo o Brasil estão sendo desenvolvidas de forma gradual, tendo diferentes desafios, limites e já sucessos nas áreas relacionadas ao Cerrado (SAWER e LOBO, 2010).

É entendido, que diversos são os problemas que fazem parte desse Bioma, sejam eles de ordem física, econômica e social, além do ponto de vista político, exigindo-se esforços numa perspectiva multidimensional para se efetivar ações temáticas, caracterizadas pelos componentes: “conservação da biodiversidade, uso sustentável, gestão de recursos hídricos, comunidades tradicionais e agricultores familiares, sustentabilidade da agricultura, pecuária e silvicultura” (BRASIL, 2006, p. 19).

E também, as ações transversais que compreendem os componentes de “conhecimento e informação, monitoramento e controle, legislação, instrumentos econômicos, planejamento integrado, fortalecimento institucional” (Idem, Ibidem, p. 19).

No Estado de Goiás, principal local onde o Bioma é predominante, tem-se que outros aspectos colocados como limitadores para o desenvolvimento de ações propostas dentro dos objetivos do PCS são: a dificuldade de articulação da democracia participativa, enfim, a falta de conjugação do tratamento dos problemas sociais (STIVAL, 2016).

O desafio que se apresenta ao programa é fomentar o capital social para proteger o bioma, valorizar a biodiversidade, representada por plantas, peixes, abelhas, aves, e recursos naturais, mantenedores de equilíbrio hidrológico no país, e promover populações locais que estão representadas em 1500 municípios dos estados de Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia, Roraima, São Paulo, Tocantins e comunidades indígenas. Deve-se haver o fortalecimento institucional dos órgãos públicos, organizações não governamentais e comunitárias envolvidas

disponibilizando informações e promovendo ações com baixo impacto socioambiental (BRASIL, 2006 *apud* STIVAL, 2016, p. 47-48).

Como pontuado, o desenvolvimento do PCS em todo o Brasil, nas áreas alvos, depende da participação social, da conscientização e do interesse da comunidade em colaborar com as ações definidas com o intuito de se atender as suas necessidades e de promover a preservação do Bioma em questão.

Por outro lado, como destaca Sawyer (2010) é essencial que no âmbito ambiental, assim como em tantas áreas de gestão pública, as políticas se erijam no intuito de estabelecer um relacionamento adequado entre o que os programas de governo desejam e o que a sociedade tem em perspectiva, buscando-se alinhar os diferentes interesses dos atores sociais envolvidos na causa.

No âmbito dos últimos acontecimentos, que de alguma maneira possuem efeitos em políticas como a do PCS, e que podem contribuir para o seu sucesso, está a Rio+20, a qual na percepção de Pott e Estrela (2017, p.277) poderia mesmo ser chamada de “Rio-20” (sinal no sentido de menos), isso considerando-se a reflexão de outros críticos, uma vez que, nas discussões, muitos compromissos firmados na Conferência Rio-92 (Eco-92) quanto ao desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo, ainda não foram cumpridos, nem mesmo ganharam a relevância necessária no evento.

Nesse caso, a preservação do Cerrado é ameaçada quando essa questão não é abordada da maneira que se deve nos acontecimentos diversos que são desenvolvidos em nível local e global, pois isso pode apontar para atitudes de descaso ou despreocupação com a referida causa, que precisa de muita discussão e debate nas representações sociais e no âmbito dos diferentes poderes e entes federativos brasileiros (MARQUELLI, 2003).

De forma geral, tem-se que, na região Centro-Oeste do Brasil, a Eco-92, por ter sido um evento levado a sério, veio a fortalecer medidas como a constituição da Rede Cerrado, que envolve aproximadamente 600 organizações, entre essas: ONG, associações compostas por povos tradicionais que residem no âmbito do Bioma, ambientalistas e estudiosos que trabalham e pesquisam essas áreas (NIEDERLE *et al*, 2018).

É cada vez mais crucial que o Cerrado seja colocado na agenda de preocupação da sociedade, exigindo-se, assim, maior efetivação das políticas governamentais para que se faça um compromisso geral em favor desse Bioma (FERREIRA e SALLES, 2016).

Inúmeras são as questões que envolvem o processo de gestão do capital social para a preservação do Cerrado (MELO *et al*, 2017), e em meio a isso, pode-se salientar o caso do desconhecimento das leis por parcela representativa dos moradores que possuem maior

relação com o Bioma, inclusive quanto a crimes ambientais, como é previsto na Lei nº 9.605/1998 (SOMENZARI e SILVA, 2018).

De um lado, tem-se a falta de acesso à informação por parte de alguns indivíduos que infringem as leis ambientais, no entanto, é muito comum ter pessoas que até possuem conhecimento da ilegalidade dos seus atos contra o Bioma e espécies da fauna e da flora que neste existem, mas por fatores como influências de terceiros, inclusive de aliciadores ao tráfico de animais e plantas, terminam ignorando os ordenamentos, vindo a cometer crimes ambientais (SAWER e LOBO, 2010).

É importante que de fato as políticas em torno do PCS estejam em interação com os ideais das pessoas que convivem com esse Bioma, pois de nada adianta impor projetos que não sejam capazes de refletir as necessidades que as envolvem no cotidiano (BRASIL, 2006).

Em interação com essa ideia, é possível destacar o estudo referente a políticas de agroecologia no Brasil, o qual foi desenvolvido por Niederle *et al* (2018), e trata inclusive da possibilidade de se trabalhar com a sociedade do Cerrado, com o ensino e prática a de atividades de cultivo do solo, considerando-se as técnicas da agroecologia.

Assim, tem-se que, no PCS, a agroecologia termina por comportar-se como uma medida que pode fazer parte das ações que visam a preservação e a sustentabilidade do Cerrado, até mesmo porque garante às famílias condições para sobreviverem sem degradar o meio em que vivem, especialmente no caso daquelas que dependem de forma mais direta dessa vegetação e do que ela oferece (NIEDERLE *et al*, 2018).

A agroecologia no âmbito do Cerrado equivale às medidas objetivadas pelo PCS para a garantia do respeito e valorização que devem ser destinados à população tradicional, enfim, aos povos rurais, quilombolas e indígenas que habitam o cerrado (BRASIL, 2006).

De tal maneira, pela prática agroecológica termina-se por ajudar a reverter os chamados impactos negativos advindos da ocupação humana e das propriedades coexistentes nesse Bioma, ganhando-se aliados e protetores locais frente aos interesses de se cuidar e preservar (NIEDERLE *et al*, 2018).

As comunidades tradicionais, como é o caso dos povos quilombolas, representam grupos de atenção prioritária no desenvolvimento do PCS no Bioma Cerrado (BRASIL, 2006), no entanto, ainda há carência de maiores investimentos em informação, capacitação, bem como disponibilização de meios para que esses possam, por exemplo, obterem o empoderamento local que o próprio Programa objetiva construir (CARVALHO, STIVAL e SOUZA, 2016).

Muitas medidas podem ser tomadas como aliadas pelos órgãos que administram o PCS, necessariamente as representações ambientais estaduais e municipais, inclusive a oferta de cursos e o acompanhamento periódico do desenvolvimento das práticas sociais no Bioma (KLINK e MACHADO, 2005).

Entre essas medidas, que na verdade se apresentam como limites e oportunidades para o melhor desenvolvimento do PCS estão: as formações em torno do agroextrativismo sustentável, enfim, o auxílio à construção de novas práticas capazes de garantir renda e preservação do Bioma, erigindo-se também o apoio para o escoamento dos produtos oriundos da produtividade desses moradores (GOIÁS, 2013).

O Projeto Bem Diverso (PBD) é um aliado que pode ser utilizado para que os territórios do Cerrado possam ter subsídios às suas práticas agroextrativistas e entre outras, uma vez que, por essa medida se tem conseguido desenvolver os territórios e conservar a biodiversidade de diferentes localidades no Brasil (MELO *et al*, 2017).

Tal projeto já capacitou milhares de pessoas que residem no contexto tanto do Cerrado quanto da Caatinga e da região da Floresta Amazônica, vindo esse a colaborar para o manejo de atividades nos Biomas e para a sustentabilidade dos povos tradicionais que neles vivem (MELO *et al*, 2017).

Outra medida que tem sido adotada, por exemplo, em Campo Grande, é a iniciativa Comunidade que Sustenta o Cerrado, ou seja, CSA Cerrado, na qual se tem procurado sanar problemas de produção e venda dos produtos produzidos dentro da agricultura agroecológica e que não degrada o meio ambiente, tendo-se o propósito de ajudar a diminuir as injustiças e as desigualdades em torno da economia dos povos que usufruem desse Bioma para sobreviverem e terem acesso aos sistemas de consumo (LACERDA *et al*, 2018).

Essa ideia, por exemplo, pode abranger a realidade de moradores que realizam a agricultura familiar no contexto do cerrado em diferentes regiões, como bem é o caso dos povos tradicionais que habitam o Estado de Goiás, considerando-se que pelo CSA Cerrado, há maiores condições de proteger esses produtores e garantir a sustentabilidade ambiental e econômica dessas famílias que possuem baixo poder aquisitivo (LACERDA *et al*, 2018).

Assim, tem-se que O PCS também pode aliar-se a práticas como as presentes no sistema CSA para garantir a valorização dos povos tradicionais do Cerrado condições melhores de vida e maior cuidado para com o meio ambiente, já que a sua preservação é crucial para a permanência das gerações atuais e futuras (STIVAL, 2016).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O capítulo aborda sobre a operacionalização seguida durante a pesquisa empírica desenvolvida em relação ao Programa Cerrado Sustentável no município de Cavalcante-GO.

Na ocasião, obtêm-se as seguintes seções: tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa; a caracterização da localidade onde se tratará do objeto do estudo; a caracterização dos participantes; a caracterização dos instrumentos de pesquisa; e descrição dos procedimentos de coleta e de análise de dados empregados.

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Para esta busca selecionou-se diferentes tipos de pesquisa, especialmente tomando-se como base o procedimento, a abordagem e os objetivos relacionados ao objeto de estudo.

Levando em conta o procedimento, foram trabalhadas as pesquisas: bibliográfica (artigos, livros, revistas), documental (sites oficiais, documentos oficiais do governo) e a pesquisa de campo (com equipe da gestão ambiental do município).

Em referência aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, trabalhando-se com a descrição analítica das evidências encontradas na realidade sobre o objeto de estudo (CÓRDOVA e SILVEIRA, 2009). Enfim, quanto à abordagem, essa foi qualitativa, preocupando-se com uma maior interação dos aspectos que envolvem a investigação.

3.2 Caracterização da área *locus* do estudo

Quanto à área *locus* do estudo, tem-se que trata-se de um município de pequeno porte, mas de área geográfica extensa, tendo 6.953,646 km², com densidade demográfica de 1,35 hab./ km². Está compreendido na região norte do Estado de Goiás, tem o Cerrado como vegetação predominante, ao mesmo tempo em que faz parte da Microrregião da Chapada dos Veadeiros (MCV), tendo extensa área de preservação ambiental, com cultura e tradição peculiares que envolvem interesses diversos por sua manutenção e prevalência.

3.3 Participantes da pesquisa

Tendo em vista que o Programa Cerrado Sustentável é operacionalizado nos municípios através de setores relacionados à gestão local, selecionou-se para a pesquisa um participante que representa a gestão ambiental do município de Cavalcante, fazendo parte da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente no município de Cavalcante-GO (STMA).

Este será chamado de Secretário W, o mesmo tem 55 anos de idade, e tem importante experiência na área legislativa e executiva da localidade, especialmente no que se reporta à gestão ambiental.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

No processo de pesquisa de campo, foi empregado um roteiro com característica semiestruturada, durante a utilização da técnica da entrevista, uma vez que, esta é a que melhor se encaixa nos ideais definidos por esta pesquisa, a qual está embasada na abordagem qualitativa. O roteiro com quatro questões de campo encontra-se devidamente apresentado no Apêndice A do presente estudo científico.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Além da pesquisa bibliográfica em sítios, bancos de dados e revistas *on-line* para a coleta de dados secundários (realizada entre janeiro e março de 2019), fez-se a parte de pesquisa de campo no mês de março de 2019 no período matutino.

Durante a referida pesquisa, o participante, representante da equipe de gestão ambiental da localidade (vinculado à Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Cavalcante-GO - STMA), foi informado com antecedência sobre os propósitos da pesquisa, sendo agendado um horário, bem como um local adequado para se realizar a entrevista. Com isso, na data de 15 de março de 2019, no escritório da STMA, a partir das 10hs da manhã indo até às 10hs e 40 min, realizou-se a entrevista com esse profissional.

Após a realização da pesquisa de campo, os dados foram tratados, fazendo-se inicialmente a transcrição das falas e em alguns casos a topicalização dos itens apontados pelo

entrevistado, em sequência fez-se a análise de conteúdo no processo de construção do capítulo resultados e discussão. Enfim, posteriormente efetuou-se o desenvolvimento de toda essa etapa, constituindo-se num relatório final da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta parte traz de forma dialogada os resultados aferidos pela realização da pesquisa de campo, ou seja, da entrevista com o representante da área ambiental do município de Cavalcante-GO sobre a temática do Programa Cerrado Sustentável.

4.1 A importância do programa quanto à preservação do Bioma

Primeiramente, focou-se na busca pela concepção que o gestor ambiental tem no que tange aos objetivos do Programa Cerrado Sustentável, especialmente no que concerne à política voltada para a preservação ambiental no âmbito do município de Cavalcante. Com isso, observou-se a seguinte fala do Secretário W:

O departamento entende que o Programa Cerrado Sustentável tem como objetivo principal a promoção da conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado [...] de buscar condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado. Porém o município não aderiu ao Programa Cerrado Sustentável, até por falta de apoios diversos, contudo, nos dias de hoje há planos de trabalho do departamento ou com parceiros de projetos voltados para proteção e recuperação de áreas degradadas (informação verbal)¹.

Nas palavras apresentadas pelo Secretário W, obteve-se que o PCS faz parte da compreensão desse gestor em meio ambiente, o qual termina por trazer um discurso muito aproximado do que de fato consiste os objetivos definidos para este programa de iniciativa do governo federal brasileiro e que teve sua criação pelo Decreto nº 5.577/2005 (BRASIL, 2011; BRASIL, 2006; BRASIL, 2018).

Contudo, o conhecimento sobre os ideais pertinentes ao programa ainda não teve suficiência para a adesão do mesmo na gestão ambiental do município, um quadro que não dissocia-se de outros municípios presentes nos Estados alvos desta política, o que é visível tanto em Goiás, quanto em Tocantins e Minas Gerais que possuem predominância do Bioma Cerrado (MARQUELLI, 2003).

¹ Entrevista concedida pelo Secretário W. Realizada no município de Cavalcante-GO, em 15 de março de 2019. Ver roteiro no apêndice B.

A não adesão se justifica pela “falta de apoios diversos”, em termos mais específicos, compreendeu-se que isso se dá pela deficiência de informação quanto ao PCS por parte dos demais governos que possuem articulação direta com os planos. Através do que analisam Carvalho, Stival e Souza (2016) é possível entender que a desarticulação entre os gestores na promoção das políticas setoriais no que tange à preservação ambiental, termina por afetar o processo de aderência às medidas criadas com essa finalidade.

Noutro instante, evidenciou-se conhecer a importância que o PCS tem para o município na concepção do gestor público, portanto, para esse questionamento conseguiu-se obter o seguinte:

O Programa Cerrado Sustentável é de suma importância uma vez que estamos em uma extensa área do cerrado goiano, e nesta área está o maior Sítio histórico Kalunga, sendo uma comunidade tradicional. Temos também 70% do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, estamos inseridos na APA Área de Proteção Ambiental, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável e preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, no nordeste do Estado de Goiás. Temos também no município a reserva da Fundação Boticário, que ajuda a preservar o nosso bioma. É nele que residem as nossas riquezas naturais, bem como o nosso sustento, que por sua vez, requer o uso consciente, o equilíbrio e a sustentabilidade (Informação verbal)².

Como percebe-se, nas considerações feitas pelo Secretário W, há por este exposto apontamento da relevância do Programa Cerrado Sustentável para o gerenciamento de políticas em torno da sustentabilidade e da conservação ambiental local, ainda mais tratando-se de um município que tem uma área tão vasta no que toca à preservação do Bioma Cerrado.

Este reconhecimento, da relevância desse programa, deve ser uma motivação a mais para que se tenha uma aplicação do PCS nas medidas setoriais tomadas na esfera municipal pelos gestores da localidade, uma vez que, tal política tem entre as suas finalidades potencializar investimentos financeiros nas atividades vinculadas à proteção do Bioma (BRASIL, 2006).

² Entrevista concedida pelo Secretário W. Realizada no município de Cavalcante-GO, em 15 de março de 2019. Ver roteiro no apêndice B.

4.2 O desenvolvimento do PCS no município, limites e conquistas: análise das ações que existem no local e que estão relacionadas ao programa

Entre outros aspectos evidenciou-se a necessidade de compreender a estrutura do trabalho desenvolvido pela gestão municipal no que diz respeito ao PCS em Cavalcante, de maneira que o gestor posicionou-se assim:

Como o município não aderiu ao programa, hoje na gestão vigente, são elaborados pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente em parcerias com o conselho municipal de meio ambiente COMA, Secretaria Municipal de Educação-SME, Ministério Público – MP: um plano de ação anual com projetos voltados para proteção, recuperação e educação ambiental. Dentre outras organizações, a comunidade kalunga sempre desenvolve projetos com parceria governamental e não governamental voltado para uso sustentável, e para a conservação da biodiversidade. A comunidade com meios de pesquisa em parcerias com o Instituto Nacional de Educação do Brasil – INEB desenvolveu o projeto com uma campanha do povo Kalunga para preservar a biodiversidade, onde foi catalogado dezessete vegetais e duas aves ameaçadas de extinção. As informações são repassadas pelo e-mail: aqkalunga-projetoscepf@gmail.com. Como não aderimos ao programa, o município depende de verbas próprias para desenvolver ações pertinentes, e todo o trabalho referente ao projeto do programa³.

Nas palavras apresentadas pelo Secretário W percebe-se que em sua gestão tem se buscado efetuar articulações com outros setores da sociedade, tanto do âmbito público quanto do privado, entre esses, nota-se organizações educacionais, ambientais e sociais que trabalham no processo de afirmação e defesa da comunidade quilombola e do Bioma Cerrado presente neste município.

Como bem observou o entrevistado, as medidas tomadas para a proteção, recuperação e preservação ambiental somente tem sido possibilitadas por meio desse trabalho que termina por representar uma estrutura de atendimento em rede de colaboração (MALMEGRIN, 2012).

Considerando que, por muitas vezes, o investimento no processo de gestão ambiental ainda é muito tímido no Brasil (KLINK e MACHADO, 2005), vale ressaltar, neste ponto, que ações como as já existentes em Cavalcante, poderiam ser sim alvos de recursos oriundos através do PCS.

Portanto, pode-se reforçar que no período de criação desse programa definiu-se investimentos milionários que compreenderiam ações da própria SEMARH do Estado de Goiás, o que viria a ter impactos positivos em políticas para o município em questão, que é um dos maiores em extensão e preservação do Bioma no contexto estadual e até mesmo nacional (CARVALHO, STIVAL e SOUZA, 2016).

³ Idem, ibidem, p. 1.

Assim, os recursos do PCS poderiam muito bem financiar as ações que já existem e que não possuem impactos tão representativos como teriam se houvesse maiores investimentos e apoio dos governos estadual e federal, uma vez que, esse trabalho colaborativo em defesa de um Bioma que é de todos os brasileiros deveria ser posto como uma real prioridade na gestão pública em geral (SAWER, 2010).

Por outro lado, como apontam Sawyer e Lobo (2010), a comunidade deve ser cada vez mais envolvida no processo de defesa dessa vegetação, fato esse que já começou a ganhar impulso no município de Cavalcante, isso nos termos apresentados pelo gestor da pasta da STMA, no entanto, tal conquista demanda maiores investimentos que girem em torno da maior conscientização e envolvimento social.

Entre outros aspectos pontuados pelo Secretário W está o trabalho de brigada realizado pelo Prevfogo, com o apoio da STMA, um programa de combate a incêndios florestais que encontra-se vinculado ao órgão nacional do IBAMA (BRASIL, 2018), com ampla atuação em Cavalcante e em todas as demais localidades do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Nisso, o gestor trouxe as seguintes palavras:

Temos também o trabalho de brigadista do Prevfogo, que também auxilia na proteção de cerca de 18,8 milhões de hectares de Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais, e também são protegidos territórios quilombolas. O objetivo é a prevenção e o combate aos incêndios florestais e do cerrado durante o período de estiagem. No ano de 2017 as queimadas no nosso município causaram grande impacto no cerrado inclusive em áreas de proteção como no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, contamos com os brigadista, voluntários e bombeiros na contenção do fogo. Hoje é feito um trabalho com os brigadistas nas épocas mais quentes que são propensas às queimadas, para se fazer o manejo e combate do fogo, para a conscientização da população devidos a queimadas criminosas (Informação verbal)⁴.

Na ênfase dada pelo gestor a esse seguimento de trabalho, que representa a política de combate a incêndios no município e na região, nota-se uma relação de interação profissional, a qual de algum modo já existe entre o município e tal centro de apoio, que na ocasião representa estratégias de cunho federal.

É formidável relevar que o Prevfogo, que é reconhecido como Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (BRASIL, 2018), tendo em vista as políticas erigidas com maior intensidade a partir dos anos 2000, em favor da preservação do Cerrado, veio a ser redimensionado para o atendimento não apenas de casos que envolviam florestas, mas também que atingiam o Bioma em estudo. Isso acabou por ser um avanço que beneficiou

⁴ Entrevista concedida pelo Secretário W. Realizada no município de Cavalcante-GO, em 15 de março de 2019. Ver roteiro no apêndice B.

os ideais em torno da proteção do território da Chapada dos Veadeiros, microrregião compreendida pelo município de Cavalcante e entre outros que fazem parte do núcleo do PNCV.

Nesse cenário, vale lembrar da tragédia ambiental que comprometeu a preservação do Cerrado na referida localidade, em 2017, sendo considerada a maior da história dessa região inteira no que tange a dimensões de destruição por incêndio criminoso ou natural, vindo a atingir a fauna e a flora local, inclusive, afetou a saúde respiratória e até financeira de muitos moradores que tiveram propriedades e criações destruídas (G1 GLOBO, 2017).

Os agentes do Prevfogo tiveram importante papel nas medidas de combate ao incêndio que perdurou por semanas na região, sendo que, desde então, no intuito de prevenir o problema e defender a biodiversidade deste Bioma, por exemplo, em Cavalcante, eles passaram a atuar com a realização de palestras e orientações em escolas e nas diferentes comunidades rurais e tradicionais do município.

Dessa forma, tem-se que, medidas como essa são executadas com a participação da equipe de gestão ambiental do município, bem como através de parcerias com representações de fundações e reservas ambientais que erigem-se como colaboradores. Doutra sorte, tem-se que esse tipo de intervenção pode ser muito mais fortalecido com a implantação e desenvolvimento de medidas vinculadas diretamente com o Programa Cerrado Sustentável (GOIÁS, 2013). Em tudo isso, é fundamental que se reconstrua o processo de comunicação e interação entre as bases de governo na esfera municipal, estadual e federal.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Analisou-se por intermédio deste estudo como tem sido o desenvolvimento do Programa Cerrado Sustentável no município de Cavalcante, em Goiás, elencando-se, também, sobre a importância que a presente política tem na concepção da gestão municipal que encontra-se em atuação no âmbito da proteção e preservação do meio ambiente.

Identificou-se que já existem ações na localidade que de algum modo compreendem os objetivos de preservação do Bioma Cerrado que constam no PCS, apesar de não estarem oficialmente conduzidas dentro do mesmo, considerando-se que o município ainda não o aderiu ou pelo menos não possui um documento que certifica que suas ações visam o cumprimento de suas diretrizes.

No entanto, averiguou-se, através do gestor da pasta que trata do turismo e do meio ambiente de Cavalcante, que a gestão ambiental do município percebe a importância do programa quanto à preservação do Bioma, de maneira que o concebe como uma política ambiental de grande valor para os avanços dos projetos que já são desenvolvidos em busca da preservação do lugar.

Teve-se que, o desenvolvimento do PCS nesta localidade, ainda não ocorre de forma oficial, ou seja, as ações realizadas vinculam-se a políticas independentes, mas acabam por abrangerem os ideais de proteção do Bioma e da comunidade tradicional quilombola que neste habita há séculos.

Evidenciou-se que os limites estão associados ao processo de adesão do programa em questão ou mesmo a outros projetos setoriais, como bem foi o Projeto Cerrado Sustentável que categorizou-se como uma medida dentro o Estado de Goiás para articular junto aos municípios atividades em torno das diretrizes consideradas pelo PCS, mas que infelizmente não teve continuidade no contexto estadual como um todo.

Podem ser entendidos como conquistas os apoios de outros seguimentos sociais da localidade que emergem políticas, cujo funcionamento é interdependente com o trabalho da gestão ambiental presente.

Portanto, torna-se cada vez mais importante que o PCS e tantos outros projetos a este associados nas esferas municipais, estaduais e federais possam ter melhor articulação, de maneira que uma ação deve complementar e fortalecer a outra. Nisso, compreendendo-se que, a gestão pública realizada em todas as instâncias de poder precisa caminhar de forma

integralizada, pois trata-se de um mesmo país, e quanto mais se desenvolver um trabalho participativo e sob uma percepção mais inclusiva e dinâmica, maiores chances há de se ter sucesso na preservação ambiental e nas políticas construídas com essa finalidade.

Por outro lado, obtém-se que a carência de gestão do PCS no âmbito federal, propagando-se para os Estados e municípios, termina por ser um elemento limitador no gerenciamento das diretrizes constituídas no mesmo, pois com a mudança de gestores periodicamente ocorre um processo de exclusão ou de pouca atenção à manutenção de medidas que foram tomadas pelos governos anteriores, ainda que a política seja de interesse extremo da sociedade. Enfim, corre-se o risco de acontecer com o PCS algo semelhante ao que ocorreu a outras políticas setoriais que não chegaram aos seus objetivos pela falta de um acompanhamento mais rigoroso dos gestores e equipe responsável pelas mesmas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programas do Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/mais-ambiente>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado: Conservação e Desenvolvimento**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, setembro de 2010.

_____. **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado. Programa Cerrado Sustentável**. Brasília: MMA, 2006.

_____. **Ata da 8ª Reunião Ordinária (26 de Julho de 2011)**. Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER (Dec. 5.577/2005). Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: MMA/SBF, 2011.

_____. **Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo)**, 2018. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/Prevfogo>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CARVALHO, Igor Simoni Homem de. **Potenciais e Limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado**: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2007, 184 p.

CARVALHO, Claudia Regina Rosa; STIVAL, Daphne Domingues; SOUZA, Eliane Moreira Sá de. **BSC: Uma ferramenta de controle para o Projeto Cerrado sustentável do estado de Goiás**. Mestrado Profissional em Administração Pública. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG/Profiap, 2016.

FARIAS, Talden Queiroz. **Evolução histórica da legislação ambiental**. Revista Âmbito Jurídico Ambiental, 02/04/2017. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/143/11/Revista%20-%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20da%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias; SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. **Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas**. Revista de Economia, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0271.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

GANEM, Roseli Senna. **Bioma Cerrado: Programas Governamentais e Proposições em Tramitação**. Brasília: Biblioteca da CD/CDI, 2011.

GOIÁS (Estado). **Manual Operacional Do Projeto Cerrado Sustentável Goiás**. Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Núcleo de Projetos Especiais – NPE. Unidade de Coordenação do Projeto – UCP. Goiânia: SEMARH, 2013.

G1 GLOBO. **Incêndio na Chapada dos Veadeiros já é o maior da história:** diz ICMBio, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/incendio-na-chapada-dos-veadeiros-ja-e-o-maior-da-historia-diz-icmbio.ghtml>. Acesso em: 01 mar. 2019.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV). **Estratégias políticas para o Cerrado desenvolvimento socioeconômico responsável:** conservação e uso sustentável da biodiversidade, redução do desmatamento e restauração da vegetação nativa. Brasília: ICV, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Lei da vida:** Lei dos crimes ambientais: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. /2º ed., revista e atualizada. CNIA. – Brasília: Ibama, 2014. 64 p.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. **A conservação do Cerrado brasileiro.** Mega Diversidade, Volume 1, Nº 1, p. 147-155, Julho 2005. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupY.pdf. Acesso em: 12 nov. 2018.

LACERDA, Moacir [*et al*]. **CSA Céu do Cerrado:** uma experiência bem-sucedida em Mato Grosso do Sul, aproximando agricultores e consumidores em novo modelo de consumo. Cadernos de Agroecologia -ISSN 2236-7934 –V. 13, N. 2, Dez. 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/2223>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos.** 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 116p.

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O desenvolvimento sustentável na agricultura do Cerrado brasileiro.** Monografia - MBA em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada, área de concentração Planejamento Estratégico)Brasília: ISAEFGV/ECOBUSINESS SCHOOL, 2003. 54 p.

MELO, Paulo Eduardo de [*et al*]. **Capítulo 5:** Agregando forças, reunindo competências: parcerias para o desenvolvimento sustentável. Embrapa, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/190572/1/cap5-ODS17.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

NIEDERLE, Paulo André [*et al*]. **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia.** Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 270 - 291, janeiro-abril, 2019. ISSN 1982-6745.

RUFO, Tiago Fernandes. **Modernização Agrícola nos Cerrados Piauienses:** novas dinâmicas socioespaciais e transformações urbanas em Bom Jesus e Uruçuí-PI. Revista Equador (UFPI), Vol. 5, Nº 4 (Edição Especial 03), p.164 – 186, 2018.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. **Histórico ambiental:** desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. ESTUDOS AVANÇADOS 31 (89), p. 271-283, 2017.

SAWYER, Donald Rolfe; LOBO, Andréa de Souza. **O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas para savanas.** *In:* Capítulo 39 – Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais, p.1153-1181, 2010 a.

SAWYER, Donald Rolfe. **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Cerrado.** Brasília: Amazonaws, p.279-299, 2010 b.

SOMENZARI, Diogo de Souza; SILVA, Gabriel Eliseu. **Avaliação da percepção ambiental da população de mineiros frente ao conhecimento da lei de crimes ambientais, tráfico e o comercio ilegal da fauna silvestre.** Curso de Formação de Praça do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás-CAPM. Mineiros – GO, junho de 2018.

STIVAL, Daphne Domingues. **Política Setorial de Meio Ambiente e o Projeto Cerrado Sustentável no Estado de Goiás (2010-2014): Uma Proposta Para Ampliar A Eficácia.** Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Legislação ambiental no Brasil, 2001. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/ces/download/A13.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Cronograma da pesquisa

Quadro 2 - Cronograma

Cronograma					
Execução de atividades	Períodos 2018 até 2019				
	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Conclusão do projeto de pesquisa	x				
Início da monografia	x	x			
Elaboração dos instrumentos		x			
Organização geral da pesquisa de campo		x	x		
Pesquisa de campo				x	
Tratamento dos dados				x	
Construção do capítulo resultados e discussão				x	
Finalização da monografia				x	x
Construção do banner de apresentação					x
Defesa					x
Correções pós-banca					x
Entrega da versão final da monografia					x
Conclusão do curso					x

Fonte: A autora

Apêndice B: Roteiro de Entrevista

Quadro 3 - Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista
<p>Data: ____/____/ 2019</p> <p>Horário: ____ às ____</p> <p>Departamento: Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente</p> <p>Dados do participante</p> <p>Função: () Secretário () Chefe de Gabinete () Outro: _____</p> <p>Atua há quanto tempo na função? () até 02 anos () mais de 02 anos</p> <p>Faixa etária: () entre 18 e 25 () entre 25 e 40 () mais de 40 anos</p> <p>Sexo: () F () M</p> <p>Renda mensal: () Entre um e quatro salários mínimos () Entre quatro e seis salários mínimos () Mais de seis salários mínimos</p> <p>Dados de campo da pesquisa</p> <p>1- Qual o entendimento do departamento quanto ao Programa Cerrado Sustentável?</p> <p>2- Qual é a importância desse Programa para o município? Explique.</p> <p>3- Que ações existem no município que compreendem os ideais do Programa? Explique o funcionamento dessas ações, se for o caso.</p> <p>4- Evidencie quais são as conquistas, os limites/desafios em torno do desenvolvimento de ações do referido Programa no município?</p>

Fonte: A autora

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília
Departamento de Administração

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: **ANÁLISE DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE-GO**

Pesquisador Responsável: **Solange da Costa Ferreira**, sob a orientação da Profa. D^a. Fátima de Souza Freire.
Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.
Telefones para contato: (62) 99618-5454 (pesquisadora); E-mail: solcvc@hotmail.com
Nome do entrevistado ou respondente do questionário (voluntário):

R.G. _____

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Análise do Programa Cerrado Sustentável no Município de Cavalcante-GO”, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Solange da Costa Ferreira e sua orientadora Profa. D^a. Fátima de Souza Freire. Tendo como finalidade analisar o desenvolvimento e a importância do Programa Cerrado Sustentável no município de Cavalcante-GO.

O(A) Sr.(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do(a) pesquisador(a) do projeto acima.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o(a) pesquisador(a) e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa a Sr.(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o tema estudado. O(A) pesquisador(a) se compromete a divulgar os resultados obtidos. As informações fornecidas por você serão utilizadas somente para fins de pesquisa e outros trabalhos acadêmicos, inclusive em coautoria ou por outros pesquisadores interessados na temática, garantindo o anonimato do(a) entrevistado(a).

O(A) Sr. (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Eu (assinatura), _____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura do (a) responsável por obter o consentimento

Anexo B – Carta ao órgão: Consentimento Institucional



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Administração - ADM

Brasília- DF, de de 2019

Prezado Sr.

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

A Universidade de Brasília, por meio do Departamento de Administração, solicita a Vossa Senhoria autorização para que a aluna **Solange da Costa Ferreira**, possa realizar uma pesquisa com finalidades estritamente acadêmicas, que tem como objetivo: **analisar o desenvolvimento e a importância do Programa Cerrado Sustentável no município de Cavalcante-GO.**

A pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal (detalhar) que a referida aluna concluirá até 2019 e envolve levantamento de informações para viabilizar os objetivos da pesquisa, o que requer acesso às informações e ao material institucional dessa organização pública, bem como entrevistas com pessoas que participaram da implantação do sistema e alguns de seus usuários.

Cabe destacar que todas as informações coletadas serão tratadas em conjunto, o que torna impossível a identificação pessoal de qualquer respondente e, se for o caso, é possível omitir em artigos de congressos ou revistas acadêmicas da área de administração, o próprio nome do órgão/instituição, quando a pesquisa for encerrada e se esta for a escolha do órgão. A coleta de dados está prevista para o PRIMEIRO BIMESTRE DE 2019.

O **aceite institucional** pode ser realizado em resposta a este e-mail. Ao responder a este correio eletrônico, o responsável pela instituição onde os dados serão coletados, declara conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/16 (que segue anexa a esta carta). Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

A UnB-ADM coloca-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas ou fornecer informações adicionais acerca da presente pesquisa.

Esclarecemos, por fim, que o consentimento institucional poderá ser feito até mesmo *via e-mail*, devendo esta carta ser respondida para o endereço eletrônico da professora orientadora: ffreire@unb.br c/c para a aluna: solcvc@hotmail.com

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração é de suma importância para a geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento.

Atenciosamente,

Profª. Fátima de Souza Freire

Orientadora da aluna e coordenadora responsável pelo desenvolvimento da pesquisa

E-mail: solcvc@hotmail.com

Telefone: 61 3107-0897(sala da professora)

1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: SOLANGE DA COSTA FERREIRA		
RG: 3943045	CPF: 940.894.421-68	E-mail: solevc@hotmail.com
Telefone: (62) 99618-5454	Celular: (62) 99618-5454	Data de apresentação: 27.04.2019
Título: ANÁLISE DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE-GO		
Palavras-chave: PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL. BIOMA CERRADO. SUSTENTABILIDADE. CAVALCANTE.		
Curso: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL		Departamento: ADMINISTRAÇÃO
Tipo: () Graduação - Licenciatura () Graduação - Bacharelado () Graduação - Dupla Habilitação (X) Especialização		Orientador:

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para publicação: (X) Total () Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da monografia completa , mesmo em se tratando de publicação parcial. ² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo orientador do trabalho , que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA
<p>O referido autor:</p> <p>a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.</p> <p>b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.</p> <p>Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.</p>
LICENÇA DE DIREITO AUTORAL
<p>Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.</p> <p>A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.</p> <p>Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.</p>

Cavalcante-GO, 06/05/2019.

Local

Data

Assinatura do Autor